

■ POLÍTICA

GAZETA MERCANTIL

03 ABR 2002

Senado aprova decreto contra as coligações verticais

André Barrocal e Katia Guimarães de Brasília

O Senado aprovou ontem proposta de decreto legislativo que garante aos partidos liberdade para fechar nos estados coligações diferentes das nacionais. Na prática, o decreto derruba a verticalização das alianças imposta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O decreto foi aprovado em votação simbólica. Ficaram contra apenas Geraldo Melo (PSDB-RN), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Carlos Patrocínio (PTB-TO). O decreto ainda precisa ser votado na Câmara.

O PSDB é o principal defensor da vinculação, pois acredita que ela pode favorecer a candidatura presidencial de José Serra, já que induz a base aliada a ficar unida, a fim de facilitar as composições regionais. E com mais aliados, Serra tem mais palanques e tempo de TV.

Apesar disso, o líder tucano no Senado, Geraldo Melo, que se manifestou contrariamente à aprovação, liberou a bancada para votar como quisesse. O decreto tinha sido proposto pelo líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL). Ele argumenta que, ao impor a verticalização das coligações, o TSE legislou e, portanto, usurpou prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional — a elaboração de leis.

Pela Constituição Federal, os parlamentares podem editar decreto para resgatar a competência legislativa sempre que julgarem ter havido usurpação dela por outro Poder. “Indiscutivelmente, o Tribunal Superior Eleitoral exorbitou”, afirmou Renan Calheiros.

Prensa - A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados, onde necessita do apoio de maioria simples para ser aprovado. A expectativa de Calheiros é que se repita entre os deputados o mesmo resultado, “avassalador” do Senado.

Ele disse ter conversado com o líder do PMDB na Casa, Geddel Vieira Lima (BA), sobre a possibilidade de a tramitação ser em regime de urgência urgentíssima, ou seja, sem ter de passar por comissões e ser prioridade na pauta.

Para que haja a urgência, é preciso a anuência dos líderes dos partidos que formam maioria na Câmara. Ainda que haja acordo, a votação deve demorar, pois a pauta da Câmara está obstruída por várias medidas provisórias (MPs).

O presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), é contra o decreto e está disposto a dificultar a tramitação. Ele nega que seja uma posição pró-Serra, mas sim para evi-

tar conflito entre poderes.

Mesmo rejeitando a idéia, o tucano não tem como vetá-la, pois a promulgação de decretos cabe ao presidente do Congresso, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), favorável à anulação da decisão do TSE. Pela mesma razão, o presidente Fernando Henrique Cardoso também não tem como impedir a vigência do decreto, já que a matéria não passará pelo crivo do Planalto. A uniformização das alianças ainda pode ser revogada pela própria Justiça. Duas ações diretas de inconstitucionalidade — uma apresentada por partidos de oposição (PT, PSB, PPS, PCdoB e PL), outra pelo PFL — que contestam a decisão do TSE estão à espera de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

Reação - Aécio Neves reagiu ontem drasticamente à falta de quórum na Câmara e anunciou o corte nos salários dos deputados que estavam ausentes no plenário. Com mais de meia hora de espera após o início da ordem do dia, Aécio encerrou a sessão e foi taxativo. “É um freio de arrumação. Uma medida pedagógica para a Casa voltar a sua normalidade. Tomei essa decisão com o objetivo de termos, durante dias de deliberação o quórum necessário. Foi uma decisão drástica, mas eu assumo a inteira responsabilidade”, afirmou o deputado.

O deputado tucano estava irritado com a quebra do acordo firmado na semana passada numa reunião de líderes partidários, em que ficou acertado que a partir dessa semana as votações começariam às 16 horas. Caso contrário a ponto dos parlamentares seria cortado.

A atitude de Aécio Neves provocou protestos e indignação entre os deputados. Da tribuna do plenário muitos reclamaram alegando que havia muitos parlamentares participando de trabalhos nas comissões da Casa. Na verdade, quatro comissões estavam realizando audiências públicas com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e outras duas com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Para Aécio, no entanto, as comissões é que devem se adaptar ao plenário, e não o contrário.

Um dos revoltados, o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) protestou. “Ele foi autoritário”, disse. Para ele, a iniciativa de Aécio foi para mascarar a falta de acordo para votar a MP do setor energético. “Isso é inaceitável. Ele não queria expor a derrota na votação e usou um artifício regimental”, reclamou Mercadante.